

CPI revela ação de empreiteiras no Executivo

Orçamento

Resultado das investigações até agora mostra que há "guichês de corrupção" em autarquias e órgãos da administração federal e que o lucro líquido para distribuição de propinas é de mais de 30%

JOÃO DOMINGOS

BRASÍLIA — Após 53 dias de investigação, a CPI do Orçamento já tem condições de fazer o desenho do mapa da corrupção e localizar os vários guichês em que ela ocorre. Pode concluir que o lucro líquido, para distribuição de propinas, é de mais de 30%. E que o grosso da corrupção acontece mais no Executivo do que no Legislativo. Também já sabe que os parlamentares foram joguetes das empreiteiras na confecção dos Orçamentos passados. "Tenho 72 anos e agora começo a notar que estava sendo usado", comentou o presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA).

Enquanto os parlamentares brigavam para aprovar emendas de investimentos que correspondem a 3% do Orçamento global, os que realmente comandavam o processo dormiam tranquilos, pois as verbas para suas obras já estavam aprovadas. O projeto já saía do Departamento de Orçamento da União (DOU) praticamente pronto. A Construtora Norberto Odebrecht, por exemplo, levou ao DOU, para o Orçamento de 1992, 63 emendas, seis destaques e vinte subpro-

gramas. Conseguiu introduzir todas as suas propostas, conforme registram os disquetes em poder da CPI. Os guichês da corrupção em Brasília se localizam quase lado a lado. Podem ser visitados por uma só pessoa no mesmo dia. A maior distância — dois quilômetros — fica entre o da Comissão de Orçamento do Congresso e o da sede da Caixa Econômica Federal (CEF). Os guichês preferidos ficam na CEF; no Banco do Brasil, a menos de 500 metros da CEF; no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a menos de 1 quilômetro; na Esplanada dos Ministérios (principalmente nos do Bem-Estar Social, da Integração Regional, da Educação e dos Transportes), a pouco mais de 1 quilômetro; e no Congresso.

MAIORIA DAS EMPRESAS TÊM CONDIÇÕES DE SABER, COM ANTECEDÊNCIA, QUE RECURSOS O FGTS TERÁ

Um documento da Odebrecht avalia o Orçamento de 1992: "Considerando o projeto do Executivo, relatórios parciais e geral, temos verbas para 152 programas, num total de US\$ 646 milhões. Como as verbas do projeto devem ser reduzidas em 15%, alguns programas que estão em dois ministérios podem ser cortados (...) Estimamos receber em 1992 de US\$ 150 milhões a US\$ 170 milhões". Outro diz: "Obtivemos junto ao Banco Central a aprovação da capacidade de endividamento e autorização para contratação de financiamentos de 8 clientes, tendo sido contratados 15 financiamentos na CEF, num total de 234 milhões de BTN's".

A construtora Queiroz Galvão, tão logo os trabalhos da CPI começaram a esquentar, destruiu parte de seus arquivos no escritório em Brasília. Localizados pelo Estado numa lixeira, mostravam os caminhos para os guichês no Ministério da Integração Regional. A construtora acompanhava todos os processos de liberação de verbas para obras, principalmente na área de estradas no Nordeste.

A CPI obteve ainda um relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) que aponta superfaturamento na Porto-brás de até 1.061% na colocação de aço em um dos portos administrados pela estatal. Por conta disso, o TCU aconselha a declaração de inidoneidade da Odebrecht, da Mendes Júnior e da OAS.

A CPI também já sabe que a maioria das empresas têm condições de conhecer, antecipadamente, os recursos do FGTS, seus limites de contratação e o desembolso dos programas por Estado. O Ministério do Bem-Estar Social é um dos que têm grande orçamento para projetos sociais. Conforme a CPI apurou, há uma guerra entre as construtoras pelo controle dessas verbas. O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) é outro guichê importante. O cargo de relator parcial do DNER é um dos mais disputados na Comissão de Orçamento.

Sérgio Amaral/AE—10/12/93



Passarinho: "Agora noto que estava sendo usado"

Vidal Cavalcanti/AE—13/11/92



Capobianco: nova lei de licitações reduzirá fraudes